

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), o Centro de Dia e o Serviço de Apoio Domiciliário para Idosos (SAD) consistem nas respostas sociais típicas e com maior oferta dirigidas às Pessoas Idosas. Para além da satisfação das Atividades Básicas da Vida Diária (ABVD) e das Atividades Instrumentais da Vida Diária (AIVD) dos utentes, as respostas destinadas a esta população-alvo visam a promoção, a inclusão e a participação na comunidade, independentemente do maior ou menor grau de autonomia/dependência da pessoa idosa e de esta se encontrar a residir na sua habitação ou numa instituição. Do universo de respostas que visam o apoio a Pessoas

Idosas são de destacar, ainda, o Centro de Convívio, o Centro de Noite e o Acolhimento Familiar para Pessoas Idosas.

Segundo a Carta Social de 2020, nesse ano, contabilizaram-se cerca de 7 350 respostas de ERPI, SAD e Centro de Dia no território continental, das quais 37 % correspondiam a SAD. O documento refere que se contabilizaram, na totalidade de respostas para esta população-alvo, mais de 300 000 lugares em Portugal continental, dos quais 278 529 lugares em Centro de Dia, ERPI e SAD. O SAD constitui a resposta, no conjunto das principais respostas que visam o apoio a Pessoas Idosas, com maior oferta de lugares (40 % do total) totalizando 112 272 lugares em 2020, sendo que 63 % do número total de lugares em SAD estavam abrangidos por acordos de cooperação.

Em termos territoriais, a totalidade dos concelhos do território continental (278) dispunha, em 2020, de respostas sociais dirigidas a esta população-alvo, todavia era notória uma oferta superior nas regiões Norte e Centro. Destaque-se, que dos 278 concelhos do Continente, 231 dispunha de 10 ou mais respostas sociais para os mais idosos.

A prestação de serviços no domicílio era desenvolvida, em 2020, maioritariamente por parte de entidades não lucrativas, designadamente da rede solidária, embora os distritos de Lisboa, Porto apresentassem uma proporção considerável (acima de 20 %) de respostas propriedade de entidades da rede privada-lucrativa.

A Carta Social de 2020 expressa preocupação relativamente à taxa de cobertura de respostas para as Pessoas Idosas devido ao aumento acelerado da população com 65 ou mais anos tendo sido um dos fatores condicionantes do crescimento da taxa de cobertura³¹ destas respostas.

Em 2020, a taxa de cobertura média das principais respostas que visam o apoio a Pessoas Idosas, no Continente, cifrou-se em 12,5%.

Em termos territoriais, é de destacar que 69,1 % dos concelhos do território continental (192 em 278) apresentava uma taxa de cobertura acima da média (12,5 %) em 2020.

De referir, ainda, que as áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa, assim como a região algarvia, apresentavam, em 2020, na maioria dos seus concelhos (45 em 51), taxas de cobertura abaixo da média.

Em termos de funcionamento, as respostas dirigidas à População Idosa acolhiam, em 2020, maioritariamente utentes provenientes da própria freguesia ou concelho de implantação do equipamento, à exceção da resposta ERPI, onde os utentes oriundos de outros concelhos ou distritos representavam 63%, traduzindo um raio de abrangência mais alargado.

Quanto ao período de funcionamento, enquanto cerca de metade (52 %) das respostas de Centro de Dia funciona apenas nos dias úteis, 69 % dos SAD presta serviço todos os dias da semana. A resposta ERPI, atendendo ao objetivo a que se destina funciona durante todos os dias da semana.

De referir a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), como paradigma que visa agilizar e ajustar as respostas aos grupos de pessoas em situação de dependência e aos diferentes momentos e circunstâncias da própria evolução das patologias e situações sociais, sendo simultaneamente, promotoras de autonomia e participação dos destinatários, reforçando as capacidades e competências das famílias para lidar com essas situações, nomeadamente no que respeita ao acompanhamento familiar e à harmonização entre a vida familiar e vida profissional. A RNCCI é constituída por unidades de internamento, designadamente Unidades de Cuidados Continuados de Convalescença (UC), Unidades de Cuidados Continuados de Média Duração e Reabilitação (UMDR), Unidades de Cuidados Continuados de Longa Duração e Manutenção (ULD) e Equipas Domiciliárias de Cuidados Continuados Integrados (ECCI) de saúde e de apoio social, entre outras unidades de cuidados com menor expressão e dirigidas a grupos específicos, de que são exemplo os Cuidados Pediátricos e a Saúde Mental.

A Carta Social de 2020, por referência a 31 de dezembro, encontravam-se registadas na Carta Social 691 unidades e equipas de cuidados continuados integrados no território continental, 88 % das quais desenvolvidas por entidades não lucrativas, i.e., da rede pública e da rede solidária. Os distritos de Lisboa, Porto, Coimbra e Braga concentravam o maior número de unidades/equipas. O número total de lugares fixou-se em cerca de 15 500, dos quais quase cerca de encontravam-se distribuídos pela região Norte.

Também é de referir a resposta social de Acolhimento Familiar de Idosos e Adultos com Deficiência ou Incapacidade, resposta desenvolvida por famílias consideradas idóneas, consiste no acolhimento familiar de pessoas com idade igual ou superior a 60 anos ou de pessoas adultas com deficiência ou incapacidade (com idade igual ou superior a 18 anos), de forma temporária ou permanente e a tempo completo ou a tempo parcial. O objetivo desta resposta é assegurar à pessoa um meio sociofamiliar e afetivo adequado à satisfação das suas necessidades básicas e ao respeito pela sua identidade, personalidade e privacidade. Segundo a Carta Social, no ano de 2020, contabilizaram-se 648 famílias de acolhimento no território continental, valor que reflete um decréscimo de 6 p.p. por relação a 2019. É de destacar que, em 2020, 96 % das famílias estavam concentradas em sete distritos da região Norte (Vila Real, Braga, Porto, Viana do Castelo, Bragança, Aveiro e Viseu), o que revela a fraca disseminação desta resposta no restante território do Continente. É de destacar, ainda, que os distritos de Beja e Setúbal não dispunham de qualquer família de acolhimento. Do universo de pessoas acolhidas em famílias de acolhimento, as Pessoas Idosas representavam 47 % do total, em 2020, todavia em termos de distribuição territorial o acolhimento de pessoas mais idosas

tinha registo em apenas nove distritos, maioritariamente da região Norte

Notícias hoje divulgadas referem que a idade média da população em Portugal fixou-se em 2022 nos 46,8 anos, a segunda mais elevada entre os 27 Estados-membros da União Europeia (UE), tendo sido a que mais aumentou nos últimos 10 anos. Em comparação com 2012, Portugal registou a maior subida na idade média, de +4,7 anos, ao passar de 42,1 para 46,8 anos, revelam dados do Eurostat.

Este relatório sublinha também que, além do aumento da idade média, o rácio de dependência dos idosos da UE, definido como o rácio do número de pessoas idosas (com 65 anos ou mais) em comparação com o número de pessoas em idade ativa (15-64 anos), também aumentou em 2022, ao fixar-se nos 33%, face a 32,5 um ano antes e 27,1% em 2012. Portugal apresenta o terceiro rácio mais alto de dependência de idosos, de 37,2%.

A oferta de residências para Pessoas Idosas em Portugal tem crescido, tanto em qualidade como em número de camas que é, ainda assim, insuficiente para acompanhar o envelhecimento da população. Escassez de camas reflete-se no preço médio mensal, que chega aos 1.500 euros, revela um estudo da Via Senior e da BA&N.

O envelhecimento da população portuguesa tem exigido o surgimento de respostas rápidas às necessidades, mas hoje representam claramente num número insuficiente para responder à crescente procura sentida, que deixa muitos utentes sem acesso a estas infraestruturas. A situação agrava-se devido a esta escassez na oferta, num contexto de pressão do lado da procura, que faz repercutir-se invariavelmente nos valores cobrados mensalmente pela permanência das Pessoas Idosas nestas instituições, num país onde a pensão média não vai além dos 480 euros e o salário médio dos familiares fica abaixo dos mil euros.

Estima-se que até 2050 serão necessárias mais 55 mil camas do que as atuais, até porque, segundo o Eurostat, Portugal é o quinto país da UE com menor tempo de vida saudável dos idosos. E, segundo os últimos censos, há cerca de 360 mil portugueses com mais de 80 anos. Em resumo, o cenário é desolador e preocupante: listas de espera de anos para conseguir uma vaga num estabelecimento participado pelo Estado, preços proibitivos no setor privado e situações de cuidados desadequados à dignidade e qualidade de vida das Pessoas Idosas, tanto no setor privado, como no social.

Num documento da União das Misericórdias, de maio de 2021, intitulado Respostas Seniores do Futuro, tecem-se duras críticas ao modelo vigente de respostas para o envelhecimento. Critica-se o facto de uma grande parte dos serviços de apoio domiciliário serem apenas prestados de segunda a sexta-feira, a "inexistência total de um plano de cuidados integrados na doença crónica e no processo de envelhecimento", a "desarticulação completa entre serviços de saúde, serviços da segurança social e prestadores de cuidados" e a "falta de respostas com cobertura nacional".

Assim, face a esta situação urgente e de crise de acesso a vagas em respostas sociais para Pessoas Idosas, ao abrigo da alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa, e da alínea d) do nº 1 do artigo 4.º do Regimento da Assembleia da República, vêm os deputados signatários perguntar ao governo, nomeadamente à Sra. Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social o seguinte:

- 1. Qual o número total e por distrito do número de Pessoas Idosas que declararam aceder a vaga em ERPI e que aguardam por disponibilidade e qual o tempo médio de espera?**
- 2. Qual o número total e por distrito do número de Pessoas Idosas que declararam aceder a vaga em SAD e que aguardam por disponibilidade e qual o tempo médio de espera?**

3. Qual o número total e por distrito do número de Pessoas Idosas que declararam aceder a vaga em Centro de Dia e que aguardam por disponibilidade e qual o tempo médio de espera?
4. Qual o número total e por distrito do número de Pessoas Idosas que declararam aceder a vaga em Unidade de Cuidados Continuados e que aguardam por disponibilidade e qual o tempo médio de espera?
5. Qual o número total e por distrito do número de Pessoas Idosas que declararam aceder a vaga em Famílias de Acolhimento e que aguardam por disponibilidade e qual o tempo médio de espera?

Palácio de São Bento, 28 de fevereiro de 2023

Deputado(a)s

CLARA MARQUES MENDES(PSD)

NUNO CARVALHO(PSD)

HELGA CORREIA(PSD)

EMÍLIA CERQUEIRA(PSD)

PEDRO ROQUE(PSD)

CARLA MADUREIRA(PSD)

GABRIELA FONSECA(PSD)

LINA LOPES(PSD)

OLGA SILVESTRE(PSD)

SÓNIA RAMOS(PSD)